



**Rumo à COP30: a urgência de aterrissar
e territorializar as negociações
climáticas em Belém**

**Towards COP30: the urgency of grounding and
territorializing climate negotiations in Belém**

*Pedro Roberto Jacobi, Hannah Arcuschin Machado,
Valeriana Augusta Broetto, Rodrigo Corradi*



resumo

A COP30, a realizar-se em novembro em Belém, é vista como um momento decisivo diante da emergência climática. Em um contexto global de retrocessos ambientais, intensificação de conflitos armados e deslocamentos forçados, o Brasil assume papel de liderança sob desafios internos e externos. O artigo discute o cenário político e climático que antecede a conferência, destacando os entraves nacionais, regionais e internacionais que ameaçam a efetividade das negociações. Argumenta-se que, embora a COP30 não resolva todas as crises, ela representa uma oportunidade crítica para avançar com mais ambição e justiça climática.

Palavras-chave: COP30; crise climática; negociações internacionais; Brasil; justiça climática.

abstract

COP30, to be held in November in Belém, is seen as a decisive moment in the face of the climate emergency. In a global context of environmental setbacks, intensified armed conflicts, and forced displacement, Brazil assumes a leadership role amid internal and external challenges. The paper discusses the political and climate scenario leading up to the conference, highlighting the national, regional, and international obstacles that threaten the effectiveness of the negotiations. It argues that, although COP30 will not solve all crises, it represents a critical opportunity to move forward with greater ambition and climate justice.

Keywords: COP30; climate crisis; international negotiations; Brazil; climate justice.

INTRODUÇÃO – EM QUE CONTEXTO OCORRE A COP30?

A

30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas (COP30) foi declarada, por muitos, como a última chance para avançar na agenda climática (Antunes, 2025). Em meados de 2024, o cientista Carlos Nobre afirmou, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que estava “apavorado”, já que o planeta

havia atingido, muito antes do previsto, o limite de 1,5°C estabelecido no Acordo de Paris. Segundo ele, nenhum cientista havia antecipado essa rapidez e milhares agora tentam explicar o que aconteceu (Jansen,

2024). Não há mais tempo a perder; respostas imediatas e efetivas são necessárias.

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro através do Programa de Excelência Acadêmica.

PEDRO ROBERTO JACOBI é professor titular sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP e presidente do Conselho do Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade (América do Sul).

HANNAH ARCUSCHIN MACHADO é coordenadora-adjunta e pesquisadora principal da iniciativa Cidades +2°C do Centro de Estudos das Cidades – Laboratório Arq.Futuro do Insper.

VALERIANA AUGUSTA BROETTO é pesquisadora da Rede Sul-Americana para Migrações Ambientais (Resama) e consultora em Gestão de Conhecimento e Juventudes do Iclei América do Sul.

RODRIGO CORRADI é secretário executivo adjunto do Iclei América do Sul e diretor executivo do Iclei Brasil.

O Brasil possui um vasto histórico com eventos e encontros internacionais em matéria ambiental e climática, sendo reconhecido por sua posição diplomática. No entanto, a COP30 ocorre em um contexto nacional, regional e internacional conturbado que põe em xeque a efetividade das negociações, já pouco ambiciosas na COP29 (Baku).

Nacionalmente, o desmonte da política ambiental segue com novas frentes. Seguindo as discussões sobre a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas – o que colocaria em risco não apenas a rica biodiversidade e as comunidades locais, mas também representaria um retrocesso na pauta da transição energética –, enfrenta-se, agora, um projeto de lei que propõe a simplificação dos processos de licenciamento ambiental. Em um contexto de emergência climática, em que o licenciamento ambiental desempenha um papel fundamental e, por isso, deveria ser reforçado, o chamado PL da Devastação¹ representa retrocessos importantes.

Regionalmente, sobretudo em países governados por representantes da extrema direita, novas frentes extrativistas ameaçam povos indígenas, comunidades tradicionais e ecossistemas essenciais para um sistema climático seguro. A fusão dos Ministérios do Ambiente e de Minas e Energia no Equador, bem como a exploração de minerais para a transição energética em países como Chile e Brasil, são exemplos disso.

Internacionalmente, além dos retrocessos nos compromissos ambientais e climáticos – como a saída dos Estados Unidos da América, maior emissor histórico de

gases de efeito estufa (GEE), do Acordo de Paris –, novos investimentos em armamento e a escalada de conflitos com o apoio dos EUA e da Europa não podem ser ignorados. Além da crise humanitária provocada, as emissões provenientes das guerras intensificam a crise climática, comprometendo os já baixos esforços de mitigação e adaptação. Como uma complementação nefasta, esse movimento fortalecendo investimentos bélicos, pela clara dicotomia da escolha de prioridades, retira recursos que poderiam ser alocados para a agenda climática.

Os conflitos e a violência armada, juntamente com os desastres relacionados a extremos climáticos, são um dos fatores que têm levado a números recordes de pessoas deslocadas internamente. De acordo com o Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC, em inglês), esses fatores contribuíram para 74,6 milhões de deslocamentos internos em 2023 e 83,4 milhões em 2024, representando um aumento significativo. Apesar do aumento nos deslocamentos relacionados a conflitos e violência, que somam 73,5 milhões em 2024, o ano foi marcado por deslocamentos causados por extremos climáticos, com enchentes no Sul do Brasil provocando um número recorde de deslocamentos no país (IDMC, 2025).

Embora se esteja diante de um cenário complexo, com as causas profundas da crise climática sendo ignoradas pelos tomadores de decisão, os veículos de informação frequentemente simplificam as múltiplas crises enfrentadas e entregam pílulas de informações fragmentadas que comprometem uma ação coordenada por parte da sociedade civil.

1 Projeto de Lei 2.159/2021.

Os impactos da mudança climática têm adentrado, cada vez mais, o dia a dia das pessoas, e a mídia desempenha um papel fundamental nesse processo. Os impactos não são apenas sentidos diretamente, em maior ou menor grau, mas também são vivenciados coletivamente através dos noticiários que têm documentado o aumento nos eventos extremos e nos desastres. No limbo entre o catastrofismo, que inibe qualquer ação, e a ausência de uma crítica às causas profundas da emergência climática de forma a articular as distintas crises que se experiencia, corre-se o risco de despolitizar a mudança climática, tratando-a como um tema estritamente técnico e não particularmente social.

Por outro lado, o negacionismo climático segue em ascensão. Pesquisas recentes sobre desinformação climática na América do Norte, Europa e América Latina mostram uma presença consistente de conteúdo falso ou enganoso, com narrativas dominantes negando evidências científicas, distorcendo fatos ou atribuindo ações climáticas a motivos conspiratórios, principalmente disseminadas por meio de mídias sociais (Palau-Sampio et al., 2024), que moldam ativamente as narrativas climáticas (Ipie, 2025).

Trata-se de uma “máquina de negação” altamente complexa e bem financiada, alimentada por múltiplos fatores, como os interesses econômicos da indústria de combustíveis fósseis, que são unidos por uma oposição comum aos esforços regulatórios governamentais para combater a crise climática, refletindo uma ideologia política conservadora (Dunlap; McCright, 2011). Em termos gerais, o negacionismo climático faz parte do esforço para defen-

der a ordem social ocidental moderna, construída por um capitalismo industrial alimentado por combustíveis fósseis (Dunlap; McCright, 2011).

Ao mesmo tempo em que se negam os fatos climáticos, os dados e informações existentes sobre o tema nem sempre direcionam a políticas públicas mais efetivas, e sua qualidade pode ser questionada. As bases de dados nem sempre possuem registros suficientes e, muitas vezes, os dados não são desagregados de forma a permitir uma melhor visualização e compreensão dos diferentes contextos de risco. Além disso, entidades científicas que fornecem informações fundamentais para a ação climática em nível nacional e internacional, como é o caso do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, em inglês), não necessariamente apresentam recomendações de políticas públicas, o que dificulta a tomada de decisão.

Por fim, a dinâmica de poder entre países do Norte e do Sul segue inalterada. Embora a sociedade civil tenha sistematicamente endereçado o tema da justiça climática nos últimos anos, os países do Sul Global continuam enfrentando os maiores impactos e a ausência de recursos ou apoio financeiro vindo dos países do Norte Global. A última Conferência das Partes, a COP29, enfureceu negociadores e ativistas ao entregar decisões que ainda privilegiam os países que mais contribuem para a crise climática, falhando em responsabilizá-los pelas perdas e danos sentidos nos países em desenvolvimento.

Infelizmente, o tempo das comunidades e populações que estão na linha de frente da crise climática não é o mesmo do moroso sistema político, ou mesmo da

academia, que segue buscando respostas. O aumento dos eventos climáticos extremos vem tornando as estratégias de adaptação cada vez mais indispensáveis, sobretudo em países de menor renda. A COP30 não é a chave para todos os problemas climáticos, mas, ocorrendo no coração da Amazônia brasileira, deve entregar maior compromisso e ambição para os próximos anos. Partindo desse contexto, este artigo tem como objetivo discutir o caminho rumo à COP em Belém, analisando como o processo de negociação, sob a liderança da presidência brasileira, enfrentará desafios e revelará oportunidades nos meses que antecedem novembro.

ONDE ESTAMOS: CONFERÊNCIA DE BONN E O CAMINHO ATÉ BELÉM

Apesar do cenário complexo, as negociações parecem não estar ancoradas na realidade – nem brasileira, nem latino-americana e muito menos global. À medida que aumentam os extremos climáticos, se aceleram os eventos de desenvolvimento lento (como o aumento do nível do mar ou a desertificação), se intensificam os múltiplos conflitos e a lacuna entre as demandas por justiça climática e a ambição dos governos nacionais, especialmente daqueles responsáveis pelas maiores emissões de GEE, parece sistematicamente aumentar.

A Conferência Climática de Bonn (UNFCCC SB62), realizada em junho de 2025, deixou isso claro, revelando uma preocupante falta de engajamento por parte dos países. Além das deficiências relacionadas ao financiamento, até o final das sessões, apenas 25 dos 197 signatários haviam sub-

metido novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, em inglês), indicando baixo compromisso frente à urgência climática (UNFCCC, s.d.; Climate Watch, s.d.). As atualizações das NDCs são fundamentais para garantir o monitoramento constante das ações e assegurar que as metas sejam sempre mais ambiciosas. No entanto, o atraso compromete esse acompanhamento por parte da sociedade, de outros países e do setor privado, além de transmitir uma mensagem contraditória.

As últimas NDCs atualizadas demonstram um leve aumento na ambição global em relação à redução de emissões de GEE. Embora as projeções indiquem a possibilidade de que as emissões globais atinjam o pico antes de 2030, essa tendência depende fortemente da implementação integral dos compromissos, especialmente daqueles condicionais, que exigem apoio internacional em financiamento, tecnologia e capacitação. Ainda assim, os níveis projetados de emissões permanecem significativamente acima das trajetórias compatíveis com os objetivos do Acordo de Paris, especialmente os que buscam limitar o aquecimento global a 1,5°C ou 2°C (UNFCCC, 2024).

Em relação à adaptação, 81% dos países incluíram componentes adaptativos em suas NDCs, com avanços significativos em comparação às versões anteriores. Observa-se um foco crescente na elaboração e implementação de Planos Nacionais de Adaptação, no estabelecimento de metas mensuráveis e na maior integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Também há uma ênfase maior nas sinergias entre adaptação e mitigação, refletindo uma abordagem mais integrada às políticas climáticas (UNFCCC, 2024).

As prioridades de adaptação permanecem concentradas em áreas críticas como segurança alimentar, recursos hídricos, ecossistemas, saúde pública e setores econômicos-chave. Além disso, aspectos como gestão de riscos de desastres, zonas costeiras e urbanas e meios de subsistência também ganham destaque (UNFCCC, 2024).

No entanto, esses avanços na agenda de adaptação não são suficientes, sobretudo porque novos desdobramentos na geopolítica internacional vêm anulando esforços passados e comprometendo os futuros. Por exemplo, a decisão da Otan de elevar os investimentos em defesa para 5% do PIB de seus países-membros até 2035 terá impactos na revisão das metas nacionais de redução de emissões, com base nas NDCs e na definição de novas bases para o financiamento climático nos próximos anos. Além disso, a adaptação ainda não entrou na agenda como prioridade, especialmente para o Norte Global. Afinal, os países de mais alta renda sofrem menos com os eventos climáticos extremos em razão da melhor infraestrutura e redundância de sistemas.

A presidência brasileira da COP30 promoveu avanços ao enfatizar o Objetivo Global de Adaptação (GGA, em inglês), defendendo parâmetros para orientar a adaptação climática. No contexto brasileiro, a urgência de medidas para a redução da vulnerabilidade e da exposição física das populações que estão na linha de frente da crise ficou evidente após o desastre ocorrido no Rio Grande do Sul em 2024 – que ocorreu simultaneamente às secas nas regiões Norte e Nordeste e aos incêndios no Pantanal.

Os países ainda não chegaram a um consenso sobre o texto do GGA, com defi-

nição de indicadores para medir o financiamento voltado à adaptação, estabelecendo critérios globais para acompanhar o progresso dessas ações, que deveriam priorizar a transição para economias sustentáveis e menos dependentes de combustíveis fósseis. Nesse contexto, os países em desenvolvimento insistem em uma agenda de adaptação centrada nas pessoas, ecossistemas e com financiamento adequado. A Força-Tarefa Latino-Americana Adaptação como Prioridade Rumo à COP30 alertou que a meta global ainda não responde à urgência, ao contexto e à justiça necessários. A pressão é por uma nova meta de financiamento que seja suficiente, acessível e que valorize a justiça climática.

Em Bonn, discutiu-se a definição de indicadores para essa meta, com foco na transferência de recursos e tecnologias para países em desenvolvimento. Mas persistem divergências entre países do Norte Global e do Sul Global quanto à implementação: enquanto os países em desenvolvimento querem vincular financiamento à aplicação dos indicadores, os desenvolvidos resistem. A adaptação climática continua sendo o elo mais frágil da arquitetura climática, especialmente para o Sul Global, que enfrenta os impactos mais severos. Sobre esse ponto, cabem alguns comentários.

Em primeiro lugar, nenhuma ação climática é possível sem financiamento. Para que haja prevenção de desastres e compensação por perdas e danos, é imprescindível garantir fluxos financeiros robustos e sustentáveis, especialmente para os países mais afetados. A alocação de recursos, bem como a reorientação das economias para fortalecer a resiliência e reduzir vulnerabilidades, constitui o pilar central da

responsabilização histórica dos países que se desenvolveram à custa da exploração de povos e ecossistemas do Sul Global.

Nesse sentido, observa-se um avanço relevante na mobilização de cortes nacionais e internacionais para responsabilizar grandes emissores pelos impactos climáticos crescentes e estabelecer diretrizes que assegurem os direitos humanos diante da crise. Destacam-se as recentes Opiniões Consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos (solicitada por Colômbia e Chile em 2023) e da Corte Internacional de Justiça (requerida pela Assembleia Geral da ONU no mesmo ano), ambas reconhecendo as obrigações legais dos Estados em relação à crise climática e seus efeitos sobre os direitos humanos.

Contudo, ainda que esses posicionamentos sejam fruto de intensa mobilização social e representem avanços positivos, também evidenciam um descompasso entre a agenda de adaptação e o tempo de quem vive os riscos no cotidiano. As Conferências Climáticas, bem como outras frentes de negociação, formulação de políticas públicas e litígios, parecem desconsiderar a urgência da situação para as populações mais vulneráveis. Já não se trata apenas de implementar uma agenda existente, mas de construir uma nova e, simultaneamente, colocá-la em prática.

Outro ponto crucial é a necessidade de territorializar as medidas e incluir ativamente as populações e comunidades tradicionais, reconhecendo seus saberes e experiências. Embora a transferência de tecnologias seja importante, a desvalorização dos conhecimentos do Sul Global perpetua lógicas colonialistas que marginalizam e vulnerabilizam ainda mais esses

territórios. A literatura sobre justiça climática reforça essa perspectiva. Sultana (2022), por exemplo, destaca a histórica desvalorização das vozes e saberes das populações marginalizadas do Sul Global e aponta que descolonizar o clima não significa apenas ocupar um lugar à mesa, mas também definir os termos da conversa e participar das decisões.

Além disso, os atrasos sistêmicos na ação climática aumentam a pressão sobre a eficácia da adaptação. A intensificação e a frequência dos eventos extremos impõem limites à própria redução de riscos, exigindo medidas não apenas preventivas, mas também compensatórias. Nesse contexto, a adaptação precisa ser transformadora, e não apenas incremental, evitando a geração ou redistribuição de novos riscos.

Isso se torna ainda mais relevante em contextos urbanos marcados por desigualdades. Se não forem adequadamente consideradas na formulação, implementação e avaliação das políticas, as intervenções de adaptação podem ser ineficazes ou até agravar a vulnerabilidade das populações que deveriam ser protegidas. Eriksen et al. (2021) demonstram que certas estratégias de adaptação podem reforçar ou redistribuir vulnerabilidades, dependendo de fatores sociais como gênero, classe e raça – aprofundando, assim, a exclusão de grupos já marginalizados.

Dessa forma, é essencial “aterrissar” a COP30 nos territórios, valorizando suas capacidades por meio de financiamento adequado e da participação efetiva de diferentes grupos sociais nos processos decisórios e nas políticas públicas. Isso não apenas promove avanços nas agendas prioritárias e responde às demandas espe-

cíficas de cada população, como também reduz os riscos de má adaptação e a criação de novas vulnerabilidades.

Retomando o papel da Conferência de Bonn, cabe refletir sobre seu propósito no processo de negociação climática. Essa reunião anual visa criar marcos de controle e validação das propostas em transição entre uma presidência e outra das COPs. A presidência de uma COP mantém seu mandato até a realização da seguinte, e Bonn oferece anualmente uma oportunidade para concluir negociações que não puderam ser finalizadas durante a COP anterior.

Ainda que a liderança formal permaneça com a presidência anterior, é comum que a próxima já participe ativamente do processo, apoiando e iniciando articulações. Para a presidência entrante, Bonn é uma oportunidade estratégica de apresentar suas prioridades, testar o apoio político e medir o grau de ambição dos principais atores. Com negociações contínuas e presidências anuais rotativas, a Conferência de Bonn contribui para a resolutividade do processo climático internacional.

Para a conferência deste ano, entre os temas centrais promovidos pelo governo brasileiro destacaram-se: 1) a necessária convergência entre as conferências de biodiversidade, desertificação e clima; 2) a urgência de garantir financiamento para a ação climática; e 3) os debates sobre justiça climática no contexto de perdas e danos.

A proposta de convergência entre as conferências tem como objetivo articular as agendas de biodiversidade, desertificação e clima, buscando alinhar processos e reforçar a coerência das políticas internacionais. Essa abordagem está alinhada à atuação do Brasil, que vem defendendo a

integração entre a diplomacia climática e outras agendas multilaterais, como o G20, o Brics e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2030, posicionando a política climática como eixo estruturante da reforma econômica e financeira global (Garcia, 2025). Esse tema avançou nos debates realizados em junho e apresenta fortes indicativos de que poderá levar a Belém propostas concretas para o fortalecimento da coordenação entre os processos de negociação das três conferências originadas na Rio-92.

Ainda que as decisões tomadas no âmbito de uma conferência – como a COP30 de Mudança do Clima – não tenham caráter vinculante para as demais, recomendações que apontem para a coordenação de processos podem gerar efeitos positivos cruzados e contribuir para a definição de métodos comuns de implementação. Essa convergência é especialmente importante na área de financiamento, uma vez que a falta de articulação entre condicionantes e indicadores pode resultar em sobreposição de esforços, ineficiências e perda de efetividade nos fluxos financeiros destinados à ação ambiental integrada.

E justamente as discussões sobre financiamento continuam a ser das mais conflituosas no âmbito da UNFCCC, especialmente devido às posições entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A expectativa atual gira em torno do aumento do financiamento internacional para US\$ 1,3 trilhão ao ano, embora os valores acordados até agora, como na reunião de Baku, tenham atingido apenas US\$ 300 bilhões. A oposição de países desenvolvidos, como os do G7 e da União Europeia, à ampliação dos recursos e a incerteza quanto à contri-

buição dos Estados Unidos geram impasses significativos. Em 2023, o financiamento para países em desenvolvimento totalizou US\$ 196 bilhões, sendo 78% provenientes de fontes públicas (Naran et al., 2025). Contudo, as dificuldades de rastreamento dos fundos climáticos internacionais e a falta de clareza sobre a destinação dos recursos entre mitigação, adaptação e perdas e danos permanecem como entraves centrais.

Sobre o tema da alocação de recursos entre os três eixos acima, a dicotomia entre as posições dos países do Norte e do Sul Global torna-se bem evidente nos processos de negociação. A presidência brasileira apresenta uma demanda recorrente dos países do Sul Global, que a cada ano são mais atingidos por extremos climáticos, para que sejam aumentados os recursos para a adaptação climática.

A justiça climática tem sido um eixo central do debate sobre perdas e danos. Países em desenvolvimento argumentam que não são os principais responsáveis pela crise climática e, portanto, devem receber apoio financeiro a fundo perdido. Além disso, a dificuldade de precificação das perdas e danos é um dos maiores desafios. Críticas têm sido direcionadas às projeções do IPCC por subestimarem a magnitude dos desastres naturais observados. O ciclo atual de avaliação (AR7) ainda está em curso (IPCC, 2024). Portanto, hoje utiliza-se dados anteriores às ocorrências climáticas mais recentes e, logo, estão defasados e não refletem a gravidade dos eventos climáticos extremos que já estão acontecendo. Esses dados criaram um espaço de desconfiança, entre os países demandantes de perdas e danos, de que o ciclo de negociação de Belém pode não avançar com

as demandas de implementação efetiva da agenda de Sharm-El-Sheikh e converter os compromissos de perdas e danos em ações de investimento.

Nesse caminho, também ganhou destaque em Bonn a carta assinada por mais de 250 cientistas de 27 países, entregue em 18 de junho de 2025 ao embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP30. O documento, endereçado ao presidente Lula, solicita a inclusão da eliminação dos combustíveis fósseis na agenda da COP30 (“Ativistas...”, 2025). A carta destaca evidências científicas recentes, compiladas por instituições como o IPCC e o IPBES², reforçando a urgência de abandonar os combustíveis fósseis no curto prazo para evitar o aquecimento acima de 1,5°C. Os cientistas alertam que os impactos climáticos podem apagar décadas de progresso e dificultar – ou mesmo inviabilizar – a redução das desigualdades, a erradicação da pobreza e o fim da fome. Eles ressaltam que a transição energética é essencial para enfrentar a crise climática e pedem que o Brasil lidere as negociações pela eliminação dos fósseis, colocando a transição justa no centro das negociações. A queima de combustíveis fósseis é responsável por cerca de 75% das emissões globais. Apesar disso, apenas em 2023, na COP de Dubai, o tema foi incluído em um acordo que propôs uma transição, mas sem avanços concretos.

De todos os pontos de negociação postos em Bonn, seguramente um tema não

2 IPBES é a sigla em inglês para a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos.

central acabou por sombrear os debates priorizados pela presidência da COP30: as preocupações logísticas e os elevados preços de hospedagem de Belém durante a conferência. A não apresentação de informações claras sobre alternativas pelo governo brasileiro acabou por levantar questionamentos, principalmente entre a sociedade civil e os países mais pobres, sobre a viabilidade de suas participações nas negociações de novembro. Apesar das garantias da presidência brasileira durante Bonn, percebe-se que o não cumprimento de trazer novas informações que satisfizessem aos demandantes resultou em reivindicações no final de julho por soluções imediatas ou pela mudança da cidade-sede.

Embora o governo brasileiro tenha informado que resolverá a questão de acesso facilitado ou subsidiado para hospedagem, essa questão de acesso e transparência no processo de negociação não parece se resolver de imediato e, com isso, pode retirar potência na posição brasileira de negociação nesses meses que antecedem à COP30.

PARA ONDE VAMOS: EXPECTATIVAS PARA BELÉM

A presidência brasileira da COP30 tem enfatizado a necessidade de avanços concretos em financiamento. Enquanto a mitigação costuma atrair investimentos privados, a adaptação depende majoritariamente de recursos públicos, enquanto as perdas e danos requerem financiamentos não reembolsáveis. O aumento do aporte dos países ricos aos países de menor renda continua sendo um ponto decisivo para o sucesso das negociações.

Apesar de estar no centro das discussões em Bonn, a adaptação climática ainda enfrenta desafios em termos de financiamento. Houve impasse entre as partes sobre referências a fontes, contribuintes e instrumentos financeiros (Talanoa, 2025). Os indicadores para monitorar o Objetivo Global de Adaptação (GGA) surgem como uma alternativa promissora para orientar a alocação dos recursos de suas 11 metas. Originalmente, 9 mil sugestões foram sintetizadas em 490 indicadores, com expectativa de reduzi-los a cerca de 100 até a COP30 (UNFCCC, 2024). Os indicadores devem ser baseados em dados acessíveis, aplicáveis em diversos contextos, mensuráveis e relevantes para mais de uma meta. Acima de tudo, os indicadores devem permitir análises de tendências e avanços na adaptação climática, sendo simultaneamente globais e adaptáveis aos contextos. Também devem permitir a agregação para subsidiar o próximo Balanço Global do Acordo de Paris (UNFCCC, 2024).

A previsão é que os debates sobre perdas e danos se intensifiquem em Belém. A questão central reside na distinção entre recursos destinados à prevenção (adaptação) e aqueles voltados à remediação de impactos já ocorridos. Críticas ao modelo atual apontam a insuficiência dos mecanismos vigentes e a necessidade de propostas que incorporem a dimensão da justiça climática.

Há também grande expectativa de que a COP30 garanta ampla participação da sociedade civil, promova a justiça climática e valorize os saberes e soluções dos povos indígenas, comunidades quilombolas, tradicionais e periféricas, os mais afetados pela crise climática – apesar do alto custo da hospedagem durante a conferência.

CONCLUSÕES

Apresentou-se, neste artigo, aspectos das idiossincrasias e contradições de um processo que avança marginalmente a cada ano, mas que agora enfrenta uma realidade distinta daquela vivida na preparação para as mudanças climáticas prevista nas primeiras COPs, como a de Berlim em 1995. Hoje, em um cenário de aumento contínuo das emissões – em desacordo com os compromissos nacionais assumidos –, a adaptação climática já se impõe como uma necessidade concreta diante da intensificação de eventos extremos. Ao mesmo tempo, os mecanismos de perdas e danos, compromisso que deveria refletir um princípio de equidade entre os países historicamente mais emissores e os mais afetados, ainda não se consolidaram como uma resposta eficaz.

O caminho para a COP30 passou por uma inflexão importante com o início oficial do processo de negociação ocorrido em Bonn, em junho de 2025. A partir desse momento, foi possível observar as ambições da presidência da COP30, bem como suas fortalezas, fragilidades e as ambiguidades inerentes ao processo de negociação, que se estenderá até a realização da Conferência das Partes, em Belém do Pará.

As expectativas para Belém são elevadas. O país, historicamente reconhecido por avanços em acordos ambientais e, atualmente,

liderado por um governo que se posiciona como engajado na agenda climática e promotor de iniciativas multilaterais, surge como uma referência (apesar de suas contradições internas) em um cenário internacional cada vez mais marcado por posturas nacionalistas e compromissos restritos ao plano bilateral.

Essa expectativa se ancora na esperança de que, mesmo diante da crise de legitimidade do sistema internacional baseado na cooperação, ainda seja possível construir soluções globais para desafios compartilhados. O maior teste será demonstrar, em Belém, que vale a pena investir em respostas coordenadas multilateralmente para enfrentar a crise climática. Isso implica fortalecer a dimensão democrática, resistir ao negacionismo e priorizar ações de adaptação de baixo carbono que considerem as vulnerabilidades das populações nos territórios mais afetados pela emergência climática. Exige, também, ampliar a transparência da governança climática e multiplicar iniciativas sustentadas pelo diálogo entre diferentes formas de conhecimento, capazes de impulsionar práticas solidárias, colaborativas e inclusivas que reforcem identidades locais e a responsabilização coletiva. Trata-se, certamente, de uma esperança desproporcional ao que cabe exclusivamente à presidência brasileira, mas é inevitável que essa responsabilidade simbólica recaia sobre o processo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. "COP30: o Brasil precisa cair na real". *Sumaúma*. Rio de Janeiro, 21/jan./2025. Disponível em: <https://sumauma.com/cop-30-o-brasil-precisa-cair-na-real/>.
- "ATIVISTAS defendem reforma do processo de negociação climática da ONU". *Climainfo*, 23/jun./2025. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/06/23/ativistas-defendem-reforma-de-processo-de-negociacao-climatica-da-onu/>.
- CLIMATE WATCH. *NDCs: long-term strategies tracker*. Washington (DC), World Resources Institute, s.d. Disponível em: <https://www.climatewatchdata.org/ndc-tracker>.
- DUNLAP, R. E.; MCCRIGHT, A. M. "Organized climate change denial", in J. S. Dryzek; R. B. Norgaard; D. Schlosberg (orgs.). *The Oxford handbook of climate change and society*. Oxford, Oxford University Press, 2011.
- ERIKSEN, S. et al. "Adaptation interventions and their effect on vulnerability in developing countries: help, hindrance or irrelevance?" *World Development*, v. 141, n.p. 105383, 2021.
- GARCIA, M. "Diplomacia e inovação: de Bonn a Belém, o caminho da COP30". *WRI Brasil*, 25 /jul./2025. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/noticias/diplomacia-inovacao-bonn-belem-COP30?apcid=0065d90aea7b2a992f15ba02&utm_campaign=newsletter-07-25&utm_medium=email&utm_source=ortto.
- IDMC – Internal Displacement Monitoring Centre. *2025 Global Report on Internal Displacement (GRID)*. Geneva, IDMC, maio/2025. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2025/>.
- INSTITUTO TALANOIA. "Evitando um impasse financeiro: a necessidade e a oportunidade de liderança da presidência no financiamento para adaptação antes da COP30". *Política por Inteiro*, 23/jul./2025. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2025/07/23/evitando-um-impasse-financeiro-a-necessidade-e-a-oportunidade-de-lideranca-da-presidencia-no-financiamento-para-adaptacao-antes-da-cop30/>.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Special report on climate change and cities – Scoping out*. IPCC, 2024. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/special-report-on-climate-change-and-cities/>.
- IPIE – International Panel on the Information Environment. *Facts, fakes, and climate science: recommendations for improving information integrity about climate issues*. Zurique, Ipie, 2025.
- JANSEN, R. "'Estou apavorado. Ninguém previa isso; é muito rápido', diz Carlos Nobre sobre crise climática". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 11/set./2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/crise-clima-seca-queimadas-amazonia-carlos-nobre/>.
- NARAN, B. et al. *Global landscape of climate finance 2025*. São Francisco, Climate Policy Initiative, 2025. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/global-landscape-of-climate-finance-2025/>.
- PALAU-SAMPIO, D.; CRISÓSTOMO FLORES, P.; PICÓ GARCÉS, M. J. "Fuelling climate change disinformation: global narratives distorting environmental risks in North America, Europe and Latin America". *Catalan Journal of Communication & Cultural Studies*, v. 16, n. 2, 2024, pp. 217-36.

SULTANA, F. "The unbearable heaviness of climate coloniality". *Political Geography*, v. 99, n.p. 102638, nov./2022 (Elsevier BV). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S096262982200052X?via%3Dihub>.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *2024 NDC Synthesis Report*, 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/nationally-determined-contributions-ndcs/2024-ndc-synthesis-report>.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *NDC Registry (interim)*. UNFCCC, s.d. Disponível em: <https://unfccc.int/NDCREG>.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *Technical report on the progress of the process to set a new collective quantified goal on climate finance*. Bonn, UNFCCC, 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Technical%20report%20by%20Secretariat%20.pdf>.

INTRODUCTION – IN WHAT CONTEXT IS COP30 TAKING PLACE?

The 30th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention (COP30) was declared by many to be the last chance to advance the climate agenda (Antunes, 2025). In mid-2024, scientist Carlos Nobre stated in an interview with the newspaper *O Estado de S. Paulo* that he was “terrified” because the planet had reached the 1.5°C limit established in the Paris Agreement much earlier than expected. According to him, no scientist had anticipated this speed, and thousands are now trying to explain what happened (Jansen, 2024). There is no more time to waste; immediate and effective responses are needed.

The authors would like to thank the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) for its financial support through the Academic Excellence Program.

PEDRO ROBERTO JACOBI is a senior professor in the Graduate Program in Environmental Sciences/ Institute of Energy and Environment (IEE) at USP and president of the Council of Iclei – Local Governments for Sustainability (South America).

HANNAH ARCUSCHIN MACHADO is deputy coordinator and principal researcher for the Cities +2°C initiative at the Center for Urban Studies – Arq.Futuro Laboratory at Insper.

VALERIANA AUGUSTA is a researcher at the South American Network for Environmental Migration (Resama) and a consultant in Knowledge Management and Youth at Iclei South America.

RODRIGO CORRADI is the deputy executive secretary of Iclei South America and executive director of Iclei Brazil.

Brazil has a long history of international events and meetings on environmental and climate issues, and is recognized for its diplomatic position. However, COP30 is taking place in a turbulent national, regional, and international context that calls into question the effectiveness of negotiations, which were already unambitious at COP29 (Baku).

Nationally, the dismantling of environmental policy continues on new fronts. Following discussions about oil exploration at the mouth of the Amazon River—which would not only endanger the rich biodiversity and local communities, but also represent a setback in the energy transition agenda—a bill is now being proposed that would simplify environmental licensing processes. In the context of a climate emergency, in which environmental licensing plays a fundamental role and should therefore be strengthened, the so-called Devastation Bill¹ represents a significant setback.

Regionally, especially in countries governed by representatives of the far right, new extractivist fronts threaten indigenous peoples, traditional communities, and ecosystems that are essential for a safe climate system. The merger of the Ministries of Environment and Mines and Energy in Ecuador, as well as the exploitation of minerals for the energy transition in countries such as Chile and Brazil, are examples of this.

Internationally, in addition to setbacks in environmental and climate commitments—such as the withdrawal of the United States, the largest historical emitter of greenhouse gases (GHG), from the Paris Agreement—new investments in weapons and the escalation of conflicts with the support of the US and Europe cannot be ignored. In addition to the humanitarian crisis caused, emissions from wars intensify the climate crisis, compromising already low mitigation and adaptation efforts. As a harmful complement, this movement to strengthen military investments, due to the clear dichotomy of priority choices, takes away resources that could be allocated to the climate agenda.

Conflict and armed violence, along with disasters related to climate extremes, are among the factors that have led to record numbers of internally displaced persons. According to the Internal Displacement Monitoring Center (IDMC), these factors contributed to 74.6 million internal displacements in 2023 and 83.4 million in 2024, representing a significant increase. Despite the increase in internal displacement related to conflict and violence, which totaled 73.5 million in 2024, the year was marked by displacement caused by extreme weather, with floods in southern Brazil causing a record number of displacements in the country (IDMC, 2025).

Although we are facing a complex scenario, with the root causes of the climate crisis being ignored by decision-makers, the media often simplifies the multiple crises we face and delivers fragmented pieces of information that compromise coordinated action by civil society.

The impacts of climate change are increasingly affecting people's daily lives, and the media plays a key role in this process. The impacts are not only felt directly, to

1 Bill 2,159/2021

a greater or lesser extent, but are also experienced collectively through news reports that have documented the increase in extreme events and disasters. In the limbo between catastrophism, which inhibits any action, and the absence of criticism of the root causes of the climate emergency in order to articulate the different crises that are being experienced, there is a risk of depoliticizing climate change, treating it as a strictly technical issue and not a particularly social one.

On the other hand, climate denialism continues to rise. Recent research on climate misinformation in North America, Europe, and Latin America shows a consistent presence of false or misleading content, with dominant narratives denying scientific evidence, distorting facts, or attributing climate action to conspiratorial motives, mainly disseminated through social media (Palau-Sampio et al., 2024), which actively shape climate narratives (Ipie, 2025).

This is a highly complex and well-funded “denial machine,” fueled by multiple factors, such as the economic interests of the fossil fuel industry, which are united by a common opposition to government regulatory efforts to combat the climate crisis, reflecting a conservative political ideology (Dunlap; McCright, 2011). In general terms, climate denialism is part of the effort to defend the modern Western social order, built by industrial capitalism fueled by fossil fuels (Dunlap; McCright, 2011).

While climate facts are denied, existing data and information on the subject do not always lead to more effective public policies, and their quality can be questioned. Databases do not always have sufficient records, and data is often not disaggregated in a way that allows for better visualization and understanding of different risk contexts. In addition, scientific entities that provide fundamental information for climate action at the national and international levels, such as the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), do not necessarily present public policy recommendations, which hinders decision-making.

Finally, the power dynamics between countries in the North and South remain unchanged. Although civil society has systematically addressed the issue of climate justice in recent years, countries in the Global South continue to face the greatest impacts and a lack of resources or financial support from countries in the Global North. The last Conference of the Parties, COP29, angered negotiators and activists by delivering decisions that still favor the countries that contribute most to the climate crisis, failing to hold them accountable for the losses and damages experienced in developing countries.

Unfortunately, the period for communities and populations on the front lines of the climate crisis is not the same as that of the slow-moving political system, or even academia, which continues to search for answers. The increase in extreme weather events is making adaptation strategies increasingly indispensable, especially in lower-income countries. COP30 is not the key to all climate problems, but, taking place in the heart of the Brazilian Amazon, it must deliver greater commitment and ambition for the coming years. In this context, this paper aims to discuss the path towards COP in Belém, analyzing how the negotiation process, under the leadership

of the Brazilian presidency, will face challenges and reveal opportunities in the months leading up to November.

WHERE WE ARE: THE BONN CONFERENCE AND THE JOURNEY TO BELÉM

Despite the complex scenario, negotiations do not seem to be grounded in reality—neither Brazilian, Latin American, nor global. As climate extremes increase, slow-onset events (such as sea level rise or desertification) accelerate, multiple conflicts intensify, and the gap between demands for climate justice and the ambition of national governments, especially those responsible for the highest GHG emissions, seems to systematically widen.

The Bonn Climate Conference (UNFCCC SB62), held in June 2025, made this clear, revealing a worrying lack of engagement on the part of countries. In addition to shortcomings related to financing, by the end of the sessions, only 25 of the 197 signatories had submitted new Nationally Determined Contributions (NDCs), indicating low commitment to the climate emergency (UNFCCC, n.d.; Climate Watch, n.d.). Updates to NDCs are essential to ensure constant monitoring of actions and to ensure that targets are always more ambitious. However, the delay compromises this monitoring by society, other countries, and the private sector, in addition to sending a contradictory message.

The latest updated NDCs show a slight increase in global ambition regarding GHG emissions reduction. Although projections indicate the possibility that global emissions will peak before 2030, this trend depends heavily on the full implementation of commitments, especially conditional ones, which require international support in financing, technology, and capacity building. Even so, projected emission levels remain significantly above the trajectories compatible with the Paris Agreement goals, especially those seeking to limit global warming to 1.5°C or 2°C (UNFCCC, 2024).

Concerning adaptation, 81% of countries included adaptive components in their NDCs, with significant advances compared to previous versions. There is a growing focus on the development and implementation of National Adaptation Plans, the establishment of measurable targets, and greater integration with the Sustainable Development Goals. There is also a greater emphasis on synergies between adaptation and mitigation, reflecting a more integrated approach to climate policies (UNFCCC, 2024).

Adaptation priorities remain focused on critical areas such as food security, water resources, ecosystems, public health, and key economic sectors. In addition, aspects such as disaster risk management, coastal and urban areas, and livelihoods are gaining prominence (UNFCCC, 2024).

However, these advances in the adaptation agenda are not sufficient, mainly because new developments in international geopolitics are undoing past efforts and compromising future ones. For example, Nato's decision to increase defense investments

to 5% of its member countries' GDP by 2035 will have an impact on the revision of national emission reduction targets, based on NDCs, and on the definition of new bases for climate finance in the coming years. In addition, adaptation has not yet been placed on the agenda as a priority, especially for the Global North. After all, higher-income countries suffer less from extreme weather events due to better infrastructure and system redundancy.

The Brazilian presidency of COP30 promoted advances by emphasizing the Global Goal on Adaptation (GGA), advocating parameters to guide climate adaptation. In the Brazilian context, the urgency of measures to reduce the vulnerability and physical exposure of populations on the front lines of the crisis became evident after the disaster in Rio Grande do Sul in 2024, which occurred simultaneously with droughts in the North and Northeast regions and fires in the Pantanal.

Countries have not yet reached a consensus on the text of the GGA, which defines indicators to measure adaptation-oriented financing and establishes global criteria to monitor the progress of these actions, which should prioritize the transition to sustainable economies that are less dependent on fossil fuels. In this context, developing countries insist on an adaptation agenda focused on people, ecosystems, and adequate financing. The Latin American Task Force on Adaptation as a Priority towards COP30 warned that the global target still does not respond to the urgency, context, and justice required. The pressure is for a new financing target that is sufficient, accessible, and values climate justice.

In Bonn, the definition of indicators for this goal was discussed, with a focus on the transfer of resources and technologies to developing countries. However, differences remain between countries in the Global North and South regarding implementation: while developing countries want to link financing to the application of indicators, developed countries are resistant. Climate adaptation remains the weakest link in the climate architecture, especially for the Global South, which faces the most severe impacts. On this point, a few comments are in order.

Firstly, no climate action is possible without financing. To prevent disasters and compensate for losses and damages, it is essential to ensure robust and sustainable financial flows, especially for the most affected countries. The allocation of resources, as well as the reorientation of economies to strengthen resilience and reduce vulnerabilities, constitutes the central pillar of the historical accountability of countries that have developed at the expense of the exploitation of people and ecosystems in the Global South.

In this regard, there has been significant progress in mobilizing national and international courts to hold large emitters accountable for the growing climate impacts and to establish guidelines that ensure human rights in the face of the crisis. Noteworthy are the recent Advisory Opinions of the Inter-American Court of Human Rights (requested by Colombia and Chile in 2023) and the International Court of Justice (requested by the UN General Assembly in the same year), both

recognizing the legal obligations of States in relation to the climate crisis and its effects on human rights.

However, although these positions are the result of intense social mobilization and represent positive advances, they also highlight a mismatch between the adaptation agenda and the period of those who experience the risks daily. Climate conferences, as well as other fronts of negotiation, public policy formulation, and litigation, seem to disregard the urgency of the situation for the most vulnerable populations. It is no longer just a matter of implementing an existing agenda, but of building a new one and, simultaneously, putting it into practice.

Another crucial point is the need to territorialize measures and actively include traditional populations and communities, recognizing their knowledge and experiences. Although technology transfer is important, the Global South's knowledge perpetuates colonialist logics that further marginalize and weaken these territories. The literature on climate justice reinforces this perspective. Sultana (2022), for example, highlights the historical devaluation of the voices and knowledge of marginalized populations in the Global South and points out that decolonizing the climate means not only occupying a seat at the table, but also defining the terms of the conversation and participating in decisions.

Furthermore, systemic delays in climate action increase pressure on the effectiveness of adaptation. The intensification and frequency of extreme events impose limits on risk reduction itself, requiring not only preventive but also compensatory measures. In this context, adaptation needs to be transformative, not just incremental, avoiding the generation or redistribution of new risks.

This becomes even more relevant in urban contexts marked by inequalities. If not adequately considered in policy formulation, implementation, and evaluation, adaptation interventions may be ineffective or even exacerbate the vulnerability of the populations they are meant to protect. Eriksen et al. (2021) demonstrate that certain adaptation strategies can reinforce or redistribute vulnerabilities, depending on social factors such as gender, class, and race—thus deepening the exclusion of already marginalized groups.

Therefore, it is essential to “ground” COP30 in the territories, valuing their capacities through adequate financing and the effective participation of different social groups in decision-making processes and public policies. This not only promotes advances in priority agendas and responds to the specific demands of each population, but also reduces the risks of maladaptation and the creation of new vulnerabilities.

Returning to the role of the Bonn Conference, it is worth reflecting on its purpose in the climate negotiation process. This annual meeting aims to create benchmarks for monitoring and validating proposals in transition between one COP presidency and another. The presidency of a COP maintains its mandate until the next one is held, and Bonn offers an annual opportunity to conclude negotiations that could not be finalized during the previous COP.

Although formal leadership remains with the previous presidency, it is common for the next presidency to already be actively participating in the process, supporting and initiating discussions. For the incoming presidency, Bonn is a strategic opportunity to present its priorities, test political support, and gauge the level of ambition of key players. With ongoing negotiations and rotating annual presidencies, the Bonn Conference contributes to the effectiveness of the international climate process.

For this year's conference, among the central themes promoted by the Brazilian government were: 1) the necessary convergence between the conferences on biodiversity, desertification, and climate; 2) the urgency of securing financing for climate action; and 3) debates on climate justice in the context of loss and damage.

The proposal for convergence between the conferences aims to coordinate the biodiversity, desertification, and climate agendas, seeking to align processes and strengthen the coherence of international policies. This approach is in line with Brazil's position, which has been advocating for the integration of climate diplomacy and other multilateral agendas, such as the G20, Brics, and the post-2030 Sustainable Development Goals, positioning climate policy as a cornerstone of global economic and financial reform (Garcia, 2025). This topic advanced in the debates held in June and shows strong indications that it could lead to concrete proposals in Belém for strengthening coordination between the negotiation processes of the three conferences that originated in Rio-92.

Although decisions made at conferences such as COP30 on Climate Change are not binding on others, recommendations that point to the coordination of processes can generate positive cross-effects and contribute to the definition of common implementation methods. This convergence is especially important in the area of financing, since the lack of coordination between constraints and indicators can result in overlapping efforts, inefficiencies, and loss of effectiveness in financial flows earmarked for integrated environmental action.

Discussions on financing continue to be among the most contentious within the UNFCCC, especially due to the differing positions of developed and developing countries. The current expectation is for international financing to increase to US\$1.3 trillion per year, although the amounts agreed upon so far, such as at the Baku meeting, have only reached US\$300 billion. Opposition from developed countries, such as those in the G7 and the European Union, to increasing resources and uncertainty about the United States' contribution are creating significant impasses. In 2023, financing for developing countries totaled US\$196 billion, with 78% coming from public sources (Naran et al., 2025). However, difficulties in tracking international climate funds and a lack of clarity about the allocation of resources between mitigation, adaptation, and loss and damage remain key obstacles.

On the subject concerning the alignment of resources between the three axes above, the dichotomy between the positions of countries in the Global North and South becomes very evident in the negotiation processes. The Brazilian presidency

presents a recurring demand from countries in the Global South, which are increasingly affected by climate extremes each year, for increased resources for climate adaptation.

Climate justice has been a central theme in the debate on loss and damage. Developing countries argue that they are not primarily responsible for the climate crisis and should therefore receive non-repayable financial support. In addition, the difficulty of pricing loss and damage is one of the biggest challenges. Criticism has been directed at IPCC projections for underestimating the magnitude of observed natural disasters. The current assessment cycle (AR7) is still ongoing (IPCC, 2024). Therefore, data before the most recent climate events is currently being used, which is outdated and does not reflect the severity of the extreme climate events that are already occurring. This data has created mistrust among countries demanding loss and damage compensation, which may prevent the Belém negotiation cycle from advancing with the demands for effective implementation of the Sharm-El-Sheikh agenda and convert loss and damage commitments into investment actions.

In this vein, a letter signed by more than 250 scientists from 27 countries, delivered on June 18, 2025, to Ambassador André Corrêa do Lago, president of COP30, also gained prominence in Bonn. The document, addressed to President Lula, requests the inclusion of the elimination of fossil fuels on the COP30 agenda (“Activists...”, 2025). The letter highlights recent scientific evidence compiled by institutions such as the IPCC and IPBES², reinforcing the urgency of abandoning fossil fuels in the short term to avoid warming above 1.5°C. Scientists warn that climate impacts could wipe out decades of progress and hinder—or even prevent—the reduction of inequalities, the eradication of poverty, and the end of hunger. They stress that the energy transition is essential to address the climate crisis and call on Brazil to lead negotiations for the elimination of fossil fuels, placing a just transition at the center of negotiations. The burning of fossil fuels is responsible for about 75% of global emissions. Despite this, it was only in 2023, at the COP in Dubai, that the issue was included in an agreement that proposed a transition, but without concrete progress.

Among all the negotiating points raised in Bonn, one non-central issue ended up overshadowing the debates prioritized by the COP30 presidency: logistical concerns and high accommodation prices in Belém during the conference. The Brazilian government’s failure to provide clear information about alternatives raised questions, especially among civil society and poorer countries, about the feasibility of their participation in the November negotiations. Despite assurances from the Brazilian presidency during Bonn, it is clear that the failure to provide new information that satisfied the complainants resulted in demands at the end of July for immediate solutions or a change of host city.

Although the Brazilian government has stated that it will resolve the issue of facilitated or subsidized access to accommodation, this issue of access and transparency

2 IPBES is the acronym for the Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services.

in the negotiation process does not seem to be resolved immediately and, as a result, may weaken Brazil's negotiating position in the months leading up to COP30.

WHERE ARE WE HEADING: EXPECTATIONS FOR BELÉM

The Brazilian presidency of COP30 has emphasized the need for concrete advances in financing. While mitigation tends to attract private investment, adaptation depends mainly on public resources, while losses and damages require non-reimbursable financing. Increasing contributions from rich countries to lower-income countries remains a decisive factor for the success of the negotiations.

Despite being at the center of discussions in Bonn, climate adaptation still faces challenges in terms of financing. There was a deadlock among the parties on references to sources, contributors, and financial instruments (Talanoa, 2025). Indicators for monitoring the Global Goal on Adaptation (GGA) emerge as a promising alternative to guide the allocation of resources for its 11 targets. Originally, 9,000 suggestions were synthesized into 490 indicators, with the expectation of reducing them to about 100 by COP30 (UNFCCC, 2024). The indicators should be based on accessible data, applicable in different contexts, measurable, and relevant to more than one target. Above all, the indicators should allow for analysis of trends and progress in climate adaptation, while being both global and adaptable to different contexts. They should also allow aggregation to support the next Global Stocktake of the Paris Agreement (UNFCCC, 2024).

Debates on loss and damage are expected to intensify in Belém. The central issue lies in the distinction between resources allocated to prevention (adaptation) and those aimed at remedying impacts that have already occurred. Criticisms of the current model point to the inadequacy of existing mechanisms and the need for proposals that incorporate the dimension of climate justice.

There are also high expectations that COP30 will ensure broad participation by civil society, promote climate justice, and value the knowledge and solutions of indigenous peoples, quilombola communities, traditional communities, and peripheral communities, which are the most affected by the climate crisis, despite the high cost of accommodation during the conference.

CONCLUSIONS

This paper has presented aspects of the idiosyncrasies and contradictions of a process that advances marginally each year, but which now faces a reality different from that experienced in the preparation for climate change predicted in the first COPs, such as the one in Berlin in 1995. Today, in a scenario of continuous

increase in emissions, in disagreement with the national commitments made, climate adaptation is already imposing itself as a concrete necessity in the face of the intensification of extreme events. At the same time, the mechanisms for loss and damage, a commitment that should reflect a principle of equity between the countries that have historically emitted the most and those most affected, have not yet been consolidated as an effective response.

The road to COP30 took an important turn with the official start of the negotiation process in Bonn in June 2025. From that moment on, it was possible to observe the ambitions of the COP30 presidency, as well as its strengths, weaknesses, and the ambiguities inherent in the negotiation process, which will continue until the Conference of the Parties in Belém do Pará.

Expectations for Belém are high. The country, historically recognized for its advances in environmental agreements and currently led by a government that is committed to the climate agenda and promotes multilateral initiatives, emerges as a reference (despite its internal contradictions) in an international scenario increasingly marked by nationalist positions and commitments restricted to the bilateral level.

This expectation is based on the hope that, even in the face of the crisis of legitimacy of the international system based on cooperation, it is still possible to build global solutions to shared challenges. The biggest test will be to demonstrate, in Belém, that it is worth investing in multilaterally coordinated responses to address the climate crisis. This implies strengthening the democratic dimension, resisting denialism, and prioritizing low-carbon adaptation actions that consider the vulnerabilities of populations in the territories most affected by the climate emergency. It also requires increasing the transparency of climate governance and multiplying initiatives supported by dialogue between different forms of knowledge, capable of promoting solidarity, collaborative, and inclusive practices that reinforce local identities and collective co-responsibility. This is certainly a hope that is disproportionate to what falls exclusively to the Brazilian presidency, but this symbolic responsibility will inevitably fall on the process.

REFERENCES

- ANTUNES, C. "COP30: o Brasil precisa cair na real". *Sumaúma*. Rio de Janeiro, 21/jan./2025. Available at: <https://sumauma.com/cop-30-o-brasil-precisa-cair-na-real/>.
- "ATIVISTAS defendem reforma do processo de negociação climática da ONU". *Climainfo*, 23/jun./2025. Available at: <https://climainfo.org.br/2025/06/23/ativistas-defendem-reforma-de-processo-de-negociacao-climatica-da-onu/>.
- CLIMATE WATCH. *NDCs: long-term strategies tracker*. Washington (DC), World Resources Institute, s.d. Available at: <https://www.climatewatchdata.org/ndc-tracker>.
- DUNLAP, R. E.; McCRIGHT, A. M. "Organized climate change denial", in J. S. Dryzek; R. B. Norgaard; D. Schlosberg (orgs.). *The Oxford handbook of climate change and society*. Oxford, Oxford University Press, 2011.
- ERIKSEN, S. et al. "Adaptation interventions and their effect on vulnerability in developing countries: help, hindrance or irrelevance?" *World Development*, v. 141, n.p. 105383, 2021.
- GARCIA, M. "Diplomacia e inovação: de Bonn a Belém, o caminho da COP30". *WRI Brasil*, 25 /jul./2025. Available at: https://www.wribrasil.org.br/noticias/diplomacia-inovacao-bonn-belem-COP30?apcid=0065d90aea7b2a992f15ba02&utm_campaign=newsletter-07-25&utm_medium=email&utm_source=ortto.
- IDMC – Internal Displacement Monitoring Centre. *2025 Global Report on Internal Displacement (GRID)*. Geneva, IDMC, maio/2025. Available at: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2025/>.
- INSTITUTO TALANOVA. "Evitando um impasse financeiro: a necessidade e a oportunidade de liderança da presidência no financiamento para adaptação antes da COP30". *Política por Inteiro*, 23/jul./2025. Available at: [//politicaporinteiro.org/2025/07/23/evitando-um-impasse-financeiro-a-necessidade-e-a-oportunidade-de-lideranca-da-presidencia-no-financiamento-para-adaptacao-antes-da-cop30/](https://politicaporinteiro.org/2025/07/23/evitando-um-impasse-financeiro-a-necessidade-e-a-oportunidade-de-lideranca-da-presidencia-no-financiamento-para-adaptacao-antes-da-cop30/).
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Special report on climate change and cities – Scoping out*. IPCC, 2024. Available at: <https://www.ipcc.ch/report/special-report-on-climate-change-and-cities/>.
- IPIE – International Panel on the Information Environment. *Facts, fakes, and climate science: recommendations for improving information integrity about climate issues*. Zurique, Ipie, 2025.
- JANSEN, R. "'Estou apavorado. Ninguém previa isso; é muito rápido', diz Carlos Nobre sobre crise climática". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 11/set./2024. Available at: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/crise-clima-seca-queimadas-amazonia-carlos-nobre/>.
- NARAN, B. et al. *Global landscape of climate finance 2025*. São Francisco, Climate Policy Initiative, 2025. Available at: <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/global-landscape-of-climate-finance-2025/>.
- PALAU-SAMPIO, D.; CRISÓSTOMO FLORES, P.; PICÓ GARCÉS, M. J. "Fuelling climate change disinformation: global narratives distorting environmental risks in North America, Europe and Latin America". *Catalan Journal of Communication & Cultural Studies*, v. 16, n. 2, 2024, pp. 217-36.

- SULTANA, F. "The unbearable heaviness of climate coloniality". *Political Geography*, v. 99, n.p. 102638, nov./2022 (Elsevier BV). Available at: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S096262982200052X?via%3Dihub>.
- UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *2024 NDC Synthesis Report*, 2024. Available at: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/nationally-determined-contributions-ndcs/2024-ndc-synthesis-report>.
- UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *NDC Registry (interim)*. UNFCCC, s.d. Available at: <https://unfccc.int/NDCREG>.
- UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *Technical report on the progress of the process to set a new collective quantified goal on climate finance*. Bonn, UNFCCC, 2024. Available at: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Technical%20report%20by%20Secretariat%20.pdf>.